



PROJETO DE LEI Nº 067/2025, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2025

“Cria a gratificação por função ao servidor fiscal que for designado a exercer suas funções relativas ao licenciamento e fiscalização das atividades de manejo de vegetação nativa em formações florestais e ecossistemas associados do bioma mata atlântica a serem desenvolvidas no âmbito do Município.”

O Prefeito Municipal de Doutor Ricardo, Estado do Rio Grande do Sul, **ALVARO JOSÉ GIACOBBO**, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, submete à apreciação da Câmara Municipal de Vereadores o seguinte Projeto de Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a criar uma gratificação ao servidor ocupante de cargo público de provimento efetivo que for designado para o exercício de atividades relacionadas à execução das ações de licenciamento e fiscalização das atividades de manejo de vegetação nativa em formações florestais e ecossistemas associados do bioma Mata Atlântica, nos termos do Termo de Cooperação nº SEMA/FEPAM nº 047/2020 – FPE nº 2.939/2020.

Art. 2º A Gratificação de que trata esta Lei será concedida ao servidor designado para o cumprimento das atribuições delegadas, conforme disposto no artigo 5º, §§ 1º e 2º, artigo 7º e artigo 10º da Instrução Normativa SEMA/FEPAM nº 06/2024, de 29 de maio de 2024, que regulamenta os procedimentos e responsabilidades referentes à Delegação de Competência.

Art. 3º A gratificação mensal de que trata o artigo 1º, corresponderá a 35% (trinta e cinco por cento) do vencimento básico do cargo efetivo ocupado pelo servidor designado.

Art. 4º A percepção da gratificação fica condicionada:



MUNICÍPIO DE DOUTOR RICARDO
Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria da Administração e Planejamento



I – à designação formal do servidor pelo Chefe do Poder Executivo através de Portaria;

II – ao efetivo exercício das funções inerentes à Delegação de Competência;

III – à comprovação das atividades desempenhadas, mediante relatórios técnicos e registros administrativos junto ao órgão municipal competente.

Art. 5º A gratificação de que trata esta Lei não se incorpora ao vencimento básico do servidor, não servindo de base de cálculo para quaisquer outras vantagens ou benefícios, e não é cumulativa com outras gratificações por função de natureza semelhante.

Art. 6º Para atender as despesas decorrentes desta Lei, correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, podendo ser suplementadas se necessário.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Doutor Ricardo, aos 05 de novembro de 2025.

ÁLVARO JOSÉ GIACOBBO
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

Leodacir Cornelli
Secretário da Administração Municipal



JUSTIFICATIVA DO PROJETO DE LEI Nº 067/2025

Senhor Presidente,

Senhores Vereadores.

Ao tempo em que cumprimentamos ao Presidente e aos Ilustríssimos membros desta Casa Legislativa, encaminhamos a Vossas Senhorias, para apreciação e posterior votação, o presente Projeto de Lei, que tem por objetivo instituir gratificação ao servidor que vier a exercer as funções decorrentes da Delegação de Competência firmada através do Termo de Cooperação SEMA/FEPAM nº 047/2020 – FPE nº 2.939/2020, que atribui aos Municípios conveniados a execução do licenciamento e fiscalização das atividades de manejo de vegetação nativa em formações florestais e ecossistemas associados do bioma Mata Atlântica.

Para que se possa renovar o Termo de Cooperação, cujo prazo finda em 07/12/2025, e dar continuidade às atividades de licenciamento ambiental relativo ao manejo de vegetação nativa no âmbito do Município de Doutor Ricardo, o Município precisa cumprir com as **exigências** estabelecidas na Instrução Normativa FEPAM/SEMA n.º 06/2024, dentre as quais está a **disponibilização de fiscal**, ocupante de cargo público de **provimento efetivo**, designado por ato do Poder Executivo Municipal (Art. 5º), **sob pena** de **suspensão** e **rescisão** do Termo de Cooperação. Em termos práticos, o Município perderia a competência para analisar os processos de licenciamento ambiental, os quais passariam a ser analisados pela própria FEPAM, tornando-os mais lentos, prejudicando os munícipes que precisam do licenciamento à execução das suas atividades. Há de se considerar, ademais, que o descumprimento de regras relativas a Termos de Cooperação acarreta na impossibilidade de celebração de novos convênios administrativos, nos termos do Art. 3º, inciso III do Decreto Estadual n.º 56.939/2023 e o cadastramento dos entes federados no CADIN, tal como prevê a Lei n.º 10.697/1996.

Para atendimento das exigências e, assim, manutenção do Termo de Cooperação, tornou-se imprescindível a criação de gratificação destinada à remuneração das atividades relacionadas ao licenciamento e fiscalização do manejo de vegetação nativa em formações florestais e ecossistemas associados do bioma Mata Atlântica, as quais serão exercidas cumulativamente às atividades oriundas do cargo no qual o servidor nomeado já exerce.

Examinando-se as alternativas sob o ponto de vista dos princípios da Administração Pública, verifica-se que a instituição da gratificação atende, especialmente, ao princípio da



MUNICÍPIO DE DOUTOR RICARDO
Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria da Administração e Planejamento



eficiência e da moralidade, porque permite que o Município dê continuidade às atividades de licenciamento ambiental, que é do interesse público, utilizando-se de alternativa mais econômica e vantajosa do que contratar profissional exclusivamente para a função.

Além disso, a designação de servidor efetivo para desempenhar tais atribuições, que conhece a realidade do município, assegura a fiscalização ambiental e a implementação efetiva das políticas públicas de preservação do meio ambiente. A medida também contribui diretamente para o fomento das atividades empresariais e agropecuárias no âmbito do Município, uma vez que a agilidade nos processos de licenciamento ambiental representa maior segurança, previsibilidade e incentivo ao desenvolvimento econômico sustentável.

Diante do exposto, verifica-se que a criação da Gratificação à remuneração das atividades exercidas pelo Fiscal Ambiental Delegado, no percentual de 35% (trinta e cinco por cento) sobre o vencimento básico, é medida justa, necessária e alinhada aos princípios da eficiência, moralidade e legalidade administrativas, que atende a critérios de economicidade e sustentabilidade da administração, razão pela qual se solicita a tramitação em caráter de urgência a aprovação do presente Projeto de Lei por esta Casa Legislativa.

Álvaro José Giacobbo
Prefeito Municipal